

CARTA DE REPÚDIO

A Associação Paulista de Saúde Pública – APSP vem, por meio dessa carta, declarar repúdio ao Fórum convocado pela Federação Brasileira de Planos de Saúde (FEBRAPLAN), que tem como proposta a discussão sobre um possível “Novo Sistema Nacional de Saúde”. Para além da composição tendenciosa na programação do evento, a FEBRAPLAN não é uma entidade que compõe o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira e que não possui qualquer aproximação e articulação com os movimentos sociais e populares no Brasil.

Destacamos que, na própria programação do evento, o que se dá visibilidade é uma articulação com o Congresso Nacional (Senado e Câmara de Deputados) para que, através desses, as “mudanças” no Sistema Único de Saúde (SUS) ocorram. Entretanto, nos posicionamos que o SUS, o NOSSO SUS, não foi criado pelo Estado, por governos e nem por partidos, ele nasce dos MOVIMENTOS SOCIAIS, sendo uma conquista do povo brasileiro a maior política pública nascida da sociedade e que chegou ao Estado no Brasil.

Ressaltamos que um dos objetivos do evento é debater “os gargalos e conflitos que permeiam o atual Sistema de Saúde Nacional, nas visões públicas e privadas”, entretanto, o convite da FEBRAPLAN a este debate exclui trabalhadores, gestores, usuários e movimentos sociais, atores ativos e fundamentais para qualquer debate sobre o nosso sistema de saúde.

Como podemos falar em um “Novo Sistema Nacional de Saúde” se antes, não falarmos sobre o (não) Ressarcimento SUS, processo no qual as empresas de planos de saúde não cobrem, corretamente, as ações e serviços de saúde que seus beneficiários pagam mensalmente e que estes são, então, atendidos pelos serviços públicos de saúde. Este “uso” do SUS pelos planos de saúde aumenta exponencialmente a cada ano e onera os recursos públicos da saúde na casa de alguns bilhões de reais, segundo dados disponibilizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar via “Índice de Efetivo Pagamento das Operadoras” de março de 2018.

Para além do Ressarcimento SUS, temos ainda os Gastos Tributários em Saúde, ou seja, as receitas que poderiam ser garantidas no setor saúde através de impostos e taxações, mas que são isentas para pessoas físicas e jurídicas (descontos no Imposto de Renda), assim como para a indústria farmacêutica e entidades sem-fins lucrativos que atuem na Saúde Pública. Tal categoria de gasto também tem aumentado exponencialmente e afetado, agora sim, na casa de dezenas de bilhões ao

ano as receitas do Governo Federal e, portanto, do SUS. Tais informações estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Partimos então para um dos problemas estruturais do Sistema Único de Saúde: seu **FINANCIAMENTO**. Desde sua origem, o SUS, através dos diferentes entes federados (municípios, estados e União), tem enfrentado o problema do subfinanciamento crônico, que quando comparado a países que tem sistemas universais de saúde (Inglaterra, França, Canadá, etc.), mantem-se com um terço dos recursos daqueles.

Neste ponto, defendemos o fim da Emenda Constitucional 95, avançando o debate para que 10% da receita corrente bruta financie o NOSSO SUS, 100% público e universal! Se formos debater fontes para tal finalidade, convocamos o debate sobre a Auditoria Cidadã da Dívida Pública para conhecermos e colocarmos em evidências os trilhões de reais que são gastos anualmente para amortização e pagamento de juros. Essa sim é a mais perversa forma de se acabar com um projeto de sociedade que a APSP defende através do SUS!

Assim, caso a FEBRAPLAN queira dialogar, de fato, com movimentos sociais e populares, que são os verdadeiros criadores do SUS, a APSP se coloca à disposição para este embate. Não nos calaremos frente a entidades que querem destruir políticas sociais através de negociações nefastas diretamente com o Congresso Nacional.

A APSP ressalta que defende veementemente um sistema de saúde universal, equânime, de atendimento integral a população e gratuito. Por isso, nos juntamos às diversas entidades do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira que, em meio a essa afronta ao direito à saúde legitimado pela Constituição, conclama à todas e todos para que os debates e discussões locais sejam orientadores da 16a Conferência Nacional de Saúde em 2019. Em defesa da democracia e do SUS público, gratuito e de qualidade!

Atenciosamente,



José Alexandre Buso Weiller
Presidente da Associação Paulista de Saúde Pública
Contato: coodernação@apsp.org.br